



## ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Renato Câmara, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor deputado Renato Câmara, em exercício na Segunda-Secretaria, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia a todos que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais. *"Ata da Octogésima Nona Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedrossian Neto, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Sete da Octogésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 981/2023, do Ministério da Agricultura e Pecuária; Ofícios nºs 3.385 e 3.386/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 1.216/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, João Henrique, Lidio Lopes, Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Coronel David, João César Mattogrosso, Pedro Kemp e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 26/2023, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Lei nº 246/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 31/2023, de autoria do deputado Londres Machado; Projeto de Resolução nº 32/2023, de autoria do deputado Gerson Claro. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 155/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 254/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao comandante do 8º Subgrupamento de Bombeiros Militar, capitão QOBM Diego Garcia Baumgardt, pela atuação de todos os profissionais no combate ao incêndio às margens do rio Formoso, em Bonito; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada aos policiais militares sargento Carlos Eduardo Fontes Dias e cabo Fábio Gomes Lara, pelo reconhecimento por se deslocarem de forma ágil e eficaz para salvar uma criança que estava em choque anafilático; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada ao senhor Guilherme Frederico de Figueiredo Castro, por ter sido o primeiro indicado pela OCB/MS para conselheiro titular no Tribunal Administrativo Tributário*



(TAT), vaga destinada à Organização e Sindicato das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso do Sul (OCB/MS); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João César Mattogrosso, endereçada ao cabo PM Rafael Leite Santana de Souza, ao soldado PM Rafael da Silva Preza e ao soldado PM Aguinaldo Ortiz da Silva, do 10º Batalhão da Polícia Militar – VTR 10-3169, pelo ato eficaz de prenderem um trio suspeito de ter roubado armas e coletes de um carro no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - Rosa Pedrossian; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio Grande do Sul; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Gleice Jane, Coronel David, Zé Teixeira, João César Mattogrosso, Marcio Fernandes, Antonio Vaz, Lucas de Lima, Mara Caseiro e Renato Câmara. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e oito de setembro do ano de dois mil e vinte e três". A ata foi lida, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 3 de outubro de 2023: Mensagem nº 38/2023, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei complementar que “Fixa o efetivo da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (PM/MS), para o exercício de 2023, e dá outras providências” (Prot. nº 5210/2023); Mensagem nº 39/2023, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei complementar que “Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul (CBMMS), para o exercício de 2023, e dá outras providências” (Prot. nº 5211/2023); Ofício nº 1.536/2023, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 4277/2023); Ofício nº 1.976/2023, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, encaminhando transferência de recursos financeiros; Ofícios nºs 1.001, 1.002, 1.004, 1.006, 1.008 a 1.010/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane, João Henrique, Lia Nogueira, Zeca do PT e Rafael Tavares (Prot. nºs 3974, 3863, 3603, 3809, 3355, 3320, 3975/2023); Ofícios nºs 1.007, 1.013 e 1.017/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara, Rafael Tavares, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Junior Mochi, João César Mattogrosso, Pedrossian Neto e Neno Razuk; e-mails do deputado Rodolfo Nogueira, respondendo às indicações dos deputados Junior Mochi e Zé Teixeira; Ofício nº 1.359/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo (Prot. nº 4006/2023); Ofício nº 3.409/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 2461/2023); Ofícios nºs 1.488 e 1.493/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Marcio Fernandes, Rafael Tavares e Coronel David (Prot. nº 4503/2023). Senhor presidente, foi lido o expediente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, nobres pares, cidadãos e cidadãs que nos assistem e telespectadores da TV Assembleia, eu quero reiterar um antigo pedido meu: como está a implantação do restaurante nas dependências da Assembleia Legislativa? Retorno essa indagação, senhor presidente, porque fiquei feliz da vida ao ser comunicado, hoje, que o governo Riedel (escute, deputado Paulo Corrêa!) está verificando quais as regiões da nossa capital e do estado têm maior carência, para implantação dos restaurantes populares, algo que foi símbolo do nosso governo. Nós implantamos um restaurante, com nutricionista, onde o preço da refeição era um real, no convênio, onde abatiam o imposto da Perkal, da Fundação Ueze Zahran e da Coca-cola, que dava um refrigerante, enfim. E no final do ano, no Natal, eu e a dona Gilda íamos almoçar com eles. Eram trezentas refeições por dia. Eu vi famílias que chegaram do meu lado e disseram: "Zeca, essa é a única refeição que a gente tem!". E o sacana (desculpe a expressão) ex-governador, chamado André Puccinelli, assumiu o governo e acabou com o restaurante popular. E agora eu enalteço, como deputado comprometido com a justiça social, que o governo Riedel comece a pensar em implantar os restaurantes populares na nossa capital e, tomara, nas principais cidades do estado. O deputado está me ajudando aqui, dizendo que a indicação é dele. Parabéns! E lembrando disso, eu ousou perguntar à Mesa: como está a ideia do nosso restaurante? Nossos funcionários vão continuar comendo embaixo da escada? Esse é o debate. Por fim, senhor presidente, feitas as ponderações do meu pedido de ordem, tenho uma indicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia ao ministro da Casa Civil, Rui Costa, e à ministra dos Povos Indígenas, senhora Sônia Guajajara, solicitando que o Ministério dos Povos Indígenas crie um gabinete de crise para acompanhar a situação de violência e violações de direitos dos povos indígenas em conflito em Mato Grosso do Sul; e que isso seja estendido para incluir a análise da situação de falta de condições mínimas de dignidade pela qual muitos dos nossos indígenas no estado passam. Eles sofrem com a falta de medicamentos, de poços artesianos, de água própria para consumo e de distribuição de cestas básicas, por isso considero excelente a ideia de criação de um gabinete de crise para acompanhar as violações de direitos humanos; mas peço que ele também estenda sua análise para as violações da cidadania e dos direitos elementares garantidos pela Constituição. Senhor presidente, muitas aldeias não têm água, nem cesta básica, nem medicamento, nem médico; não têm nada! E infelizmente, também, o próprio Ministério dos Povos Indígenas se esqueceu de fazer essa observação que eu me permito complementar. Tenho um requerimento a ser encaminhado ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado do Meio Ambiente, Desenvolvimento, Tecnologia, Ciência e Inovação, Jaime Verruck, fazendo as seguintes indagações e solicitando informação: qual será o valor total de investimento financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para ações de conservação e preservação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul? E qual o calendário de liberação desses valores para o Programa Pantanal? Senhor presidente, no ano 2000, eu, o deputado Paulo Corrêa e o saudoso Heitor Miranda, que era nosso superintendente de Relações Internacionais, acompanhados de um amigo comum, o

senhor (falecido) Roberto Campos, avô do atual presidente do Banco Central, fomos a Washington, na sede do BID. Na época, foram duzentos milhões de dólares para o Mato Grosso do Sul aplicar na preservação do Pantanal, e duzentos milhões de dólares para o estado de Mato Grosso. A senhora Marina Silva, que já era ministra do presidente Lula, engavetou o programa, mas agora, quase vinte anos depois, está saindo da gaveta. Então, eu quero saber: qual será o valor de investimento nesse programa? Quais projetos serão colocados em prática pelo Poder Executivo? Quais municípios serão contemplados pela ação financiada pelo Programa Pantanal do BID? Os municípios onde serão colocadas em prática tais ações foram convidados a participar da discussão e da elaboração do projeto. Então, mesmo nós sendo apoiadores do governo, não podemos aceitar que o governo, através do secretário, faça um investimento de duzentos milhões de dólares sem minimamente debater com esta Casa e com os prefeitos. Portanto a indagação está feita para ser encaminhada ao governo do estado. Obrigado, senhor presidente.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Eu sei que o deputado João César Mattogrosso (do Sul) está na ordem, mas eu queria responder ao ex-governador Zeca do PT, meu especial amigo e irmão. Eu tenho a honra de dizer que privo de sua amizade e da dona Gilda. Eu queria afirmar para o senhor que nós fizemos primeiramente o projeto arquitetônico; fizemos uma reunião na sala da presidência e aprovamos esse projeto; fizemos os projetos complementares, que o senhor sabe que precisam de ser feitos, quanto à elétrica, hidráulica e toda a parte do meio ambiente, porque queremos proteger as aves. O projeto está pronto, deputado Zeca do PT, para a gente requisitar na segunda quinzena de outubro — urgente, urgentíssimo — conforme foi solicitado pelo senhor e por todos os deputados e deputadas. Se Deus quiser, não haverá nenhum problema, então a gente poderá homologar antes de dezembro. Vamos ver... O senhor sabe que a legislação das licitações mudou, e é uma complicação danada. A gente começa a obra ainda este ano, se Deus quiser. [O término é só ano que vem].

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB)** — Bom dia, presidente, nobres pares, pessoas que nos acompanham pela TV ALEMS e as que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Vou fazer a leitura das minhas indicações, senhor presidente. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao diretor-presidente da Energisa, Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a troca do transformador do bairro Residencial Monte Verde, no município de Maracaju; esse é um pedido do nosso amigo vereador Robert Ziemann. Também indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de

Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia estadual MS-489, estrada do Caiuá, que liga a sede do município de Naviraí ao distrito de Porto Caiuá. Também indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz, solicitando aquisição e instalação de itens e equipamentos para laboratório científico na Escola Estadual Joaquim Murtinho, no município de Ponta Porã, solicitação encaminhada pelo nosso amigo vereador Thiago Vedana. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Michelle Giongo, presidente da Rede Sul-Mato-Grossense em Defesa da Vida e da Família. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobre colegas deputados, pessoas que acompanham a nossa Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, para que verifique a possibilidade de promover obras de manutenção da rodovia MS-386, no trecho que liga os municípios de Japorã e Iguatemi. O pedido foi realizado pelo vereador Gerson Rezende de Oliveira, da Câmara Municipal de Mundo Novo, que solicita que sejam realizadas essas obras considerando a grande quantidade de buracos na rodovia, o que tem dificultado o tráfego. Por esse motivo, o local merece especial atenção do poder público, para possibilitar trânsito seguro de veículos e comodidade aos munícipes. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação ao prefeito de Corumbá, senhor Marcelo Aguilar Lunes, e ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário do estado de Saúde, solicitando medidas urgentes no sentido de implantar uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI Neonatal) no município de Corumbá. Justificativa. Essa é uma demanda antiga dos moradores de Corumbá, a instalação de uma UTI Neonatal a uma distância de aproximadamente quatrocentos e vinte quilômetros de Campo Grande. Sendo um dos maiores municípios do estado, é de extrema importância que haja uma Unidade de Terapia Intensiva neonatal própria para atender os moradores da região. Chegou ao nosso conhecimento que, no dia 2 de outubro deste ano, faleceu um bebê natural de Corumbá, por não conseguir chegar a tempo à capital para o atendimento na UTI Neonatal da Maternidade Cândido Mariano. Desta forma, solicitamos medidas urgentes no sentido de que seja implantada uma Unidade de Terapia Intensiva no município de Corumbá, tendo em vista a sua necessidade e importância para o atendimento de recém-nascidos. Também quero apresentar uma indicação ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Flávio César Mendes de Oliveira, secretário de estado de Fazenda, solicitando estudos no sentido de reduzir o ICMS



cobrado sobre a energia elétrica - como uma medida excepcional e temporária -, para amenizar o impacto do aumento do valor da tarifa de energia elétrica cobrado em decorrência do aumento de consumo devido à onda de calor originada pelas mudanças climáticas, que fizeram as temperaturas subirem muito acima da média histórica dos últimos anos no estado. Por último, requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor William Pereira Leite, em razão do seu falecimento ocorrido no dia 29 de setembro. Era o que eu tinha, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, caro presidente Gerson Claro. Cumprimento todos os colegas, os senhores e as senhoras que prestigiam esta Sessão. Senhor presidente, eu venho aqui encaminhar várias indicações devido a várias solicitações que chegaram ao nosso gabinete para que sejam recuperadas ruas de vários bairros de Campo Grande; e encaminhamos à prefeita Adriane Lopes, com cópia ao secretário de Obras da capital. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar ao senhor Luiz Pereira da Costa, em decorrência do falecimento de sua esposa, Amélia Gonçalves Sobrinho, ocorrido no dia 25 de setembro, nesta capital. Por último, senhor presidente, eu apresento um projeto de lei que institui o Dia Estadual do Profissional Secretariado, e dá outras providências. "Fica instituído o Dia Estadual do Profissional Secretariado, a ser comemorado anualmente em 30 de setembro". As comemorações farão parte do anexo do Calendário Oficial de Eventos do estado de Mato Grosso do Sul, na forma do disposto no artigo 3º da Lei Estadual nº 3.945, de 4 de agosto de 2010. Artigo 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se profissional secretariado aquele reconhecidos pela Lei Federal nº 7.377, de 30 de setembro de 1985. Essa é uma reivindicação que chegou ao nosso gabinete por uma ex-colega de faculdade, a senhora Aline Maruse, que atua como secretária há mais de vinte e oito anos em Campo Grande, tendo se tornado uma profissional com formação superior, além de ter concluído MBA em Assessoria Executiva e mestrado em Assessoria de Administração. Em 2015, foi investida, por meio de concurso público, no cargo de secretária executiva do Instituto Federal de Educação aqui na nossa capital. Portanto, apresento essas reivindicações, moção de pesar e esse projeto de lei para apreciação dos nobres colegas. Era o que eu tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Bom dia, presidente e nobres pares. Senhor presidente, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares envolvidos em uma operação realizada com o intuito de prender integrantes de uma quadrilha especializada no furto de veículos do tipo caminhonete, aqui em Mato Grosso do Sul: segundo-tenente Geraldo Cícero Barbosa de Souza, segundo-sargento Thiago Martinez Dias, terceiro-sargento Vander Rogério de Freitas Antunes, terceiro-sargento Gustavo Seike Arisaka Lopes, terceiro-sargento Douglas Farias Ortigosa, cabo Johny Carlos da Silva, cabo Thiago Davi Marcos de Souza e soldado Victor André Colevatti de Oliveira. Caso seja aprovada,



senhor presidente, eu gostaria que fosse redigida nos seguintes termos: a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da cidadania, por proposição do deputado estadual Coronel David, em nome de seus pares e do povo sul-mato-grossense, vem à honrosa presença de vossa senhoria consignar o merecido respeito aos policiais militares envolvidos em uma operação realizada com intuito de prender os integrantes de uma quadrilha especializada no furto de veículos do tipo caminhonete, no estado de Mato Grosso do Sul. Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Senhor presidente, estou aqui com os dois projetos de lei encaminhados pelo governo do estado, que tratam da lei de fixação de efetivos dos militares estaduais pertencentes à Polícia Militar e também ao Corpo de Bombeiros Militar. Senhor presidente, faz-se necessário colocarmos em dia as promoções das instituições militares. Então eu solicito ao senhor, em caráter de urgência, a tramitação dessas matérias, com um acordo de líderes para sacramentar esse nosso pedido, para que possamos dar uma resposta célere aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, que têm muita pressa nestas promoções, até porque fazem jus. É somente isso, senhor presidente. Conto com o apoio de Vossa Excelência nesse sentido.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Nós já solicitamos aos líderes que façam esse acordo, até porque é um projeto importante para a promoção, para vagas e para o subsídio da Polícia Militar e do Corpo Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas e todos que acompanham a Sessão de hoje. Quero registrar os meus parabéns a todos os Conselheiros Tutelares de direita que foram eleitos no último domingo. A direita passou muito tempo dormindo, mas agora nós estamos acordados e, de acordo com o levantamento, aproximadamente 70% dos novos conselheiros têm perfil conservador, ou seja, são contra o aborto, contra a legalização de drogas, contra a pedofilia e toda essa desgraça que a esquerda defende. Agora nós temos conselheiros tutelares de direita para proteger as nossas crianças. Por isso quero parabenizar principalmente os eleitores conservadores que saíram de casa; nós tivemos um aumento considerável no número de pessoas que foram votar no último domingo. Então, parabéns aos novos conselheiros. Eu quero colocar o meu gabinete à disposição dos conselheiros tutelares da direita. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Coronel David: quatro indicações (Prot. nºs 05204/2023, 05203/2023, 05202/2023, 05201/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: três indicações (Prot. nºs 05209/2023, 05200/2023, 05212/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 05168/2023, 05167/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 05196/2023, 05195/2023, 05194/2023, 05193/2023, 05197/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma



indicação (Prot. nº 05226/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 05157/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 05199/2023, 05198/2023, 05154/2023, 05227/2023, 05228/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 05205/2023, 05208/2023, 05207/2023, 05206/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 05220/2023, 05221/2023); um projeto de resolução (Prot. nº 04609/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de repúdio (Prot. nº 05225/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 05218/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 05222/2023, 05224/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 05223/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três indicações (Prot. nºs 05217/2023, 05215/2023, 05215/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 05214/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: cinco indicações (Prot. nºs 05169/2023, 05170/2023, 05171/2023, 05172/2023, 05173/2023); um requerimento (Prot. nº 05219/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 05156/2023, 05155/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de resolução (Prot. nºs 04565/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 05229/2023); um requerimento (Prot. nº 05230/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. No Grande Expediente, com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Por inversão, o deputado Neno Razuk. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, deputado.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — (sem revisão do orador) — Bom dia, senhor presidente e deputados. Primeiramente quero agradecer o deputado Pedrossian Neto pela inversão, pela gentileza. Senhor presidente, quero me dirigir principalmente aos parlamentares de Dourados e a todos os parlamentares desta Casa também. Eu tive conhecimento, através de um site, sobre outro ataque feito pelo deputado Geraldo Rezende. Ele novamente atacou a minha pessoa, os parlamentares de Dourados e, através de nós, atacou esta Casa. Eu não gostaria de ficar levando isso muito à frente, nem debatendo muito com o deputado Geraldo Rezende, porque, além de serem ataques de baixo calão, de baixa qualidade, é de forma rasteira que ele vem fazendo isso; tudo por causa de uma eleição que ele perdeu em Dourados e que até hoje não aceitou (ter sido derrotado pela minha mãe). Dói na alma dele a população tê-lo rejeitado como prefeito, por isso, até hoje ele continua com esses ataques desnecessários. A minha mãe já deixou a política, e eu critiquei uma postura dele com relação a uma fala sobre a população de Dourados. Ele realizou ataque pessoal contra o deputado Zé Teixeira e contra a minha pessoa, de forma muito depreciativa, inclusive me chamando de "cérebro podre", assim como eu o chamei. No entanto, o meu comentário foi feito porque questiono a sanidade mental dele. Ele me chamou de drogado, como se fosse um ataque a uma qualidade ou virtude minha [sic] ser usuário de drogas. Ele foi secretário de estado de Saúde, e eu gostaria de esclarecer a ele que quando uma pessoa é usuária de drogas, ela enfrenta um problema considerado uma doença, e precisa de orientação, tratamento e cuidados. Isso não deve ser interpretado como um ataque, portanto não deve ser usado para desmoralizar uma pessoa. Muitas famílias em nosso estado e no país lidam com problemas relacionados às drogas. Quase todas as famílias brasileiras enfrentam alguma questão dentro de casa relacionada ao uso de drogas. Recentemente, estive conversando com o deputado Antonio Vaz, elogiando o trabalho positivo realizado pela igreja dele, que já recuperou muitas pessoas que enfrentavam problemas com drogas. No entanto, o deputado Geraldo Resende me atacou. Eu não sou usuário de drogas. Admito que fumei maconha na minha



adolescência, mas isso foi há muito tempo e, desde então, não faço mais nada. Não tenho vergonha do meu passado, mas também não tenho orgulho das minhas escolhas. Agora, ser rotulado como usuário de drogas!... Isso é algo que deve ser tratado com seriedade, pois o uso de drogas é uma condição de saúde que requer cuidados. Particularmente, eu criticava o trabalho dele, quando ele foi secretário de estado de Saúde, apesar de eu sempre ter apoiado o ex-governador Reinaldo Azambuja. Cansei de testemunhar atrasos nos repasses de recursos para a saúde de Dourados, muitas vezes motivados por questões pessoais com a minha mãe. Eu não sou usuário de drogas. Faço um desafio novamente: estou disposto a realizar exames de sangue a qualquer momento e em qualquer lugar que ele indicar, para provar minha condição atual. Não sinto orgulho das escolhas que fiz, mas também não sinto vergonha, como mencionei anteriormente. No entanto, sugiro que o deputado também se submeta a um exame de sanidade mental, porque ele, sim, tem o cérebro podre; está podre o cérebro dele! Ele tem que fazer o teste, porque eu tenho certeza que ele vai ser afastado, por lei, das atribuições dele, porque ele está senil. É a última vez que venho aqui falar sobre isso, porque ele me atacou diretamente. Caso ele faça isso novamente, não vou mais respondê-lo, pois não quero discutir com alguém que claramente está enfrentando problemas de senilidade. O deputado Geraldo Resende está caduco! E eu não vou mais me envolver em discussões com ele; só que ele me acusou. O uso de drogas é um problema que afeta muitas famílias, então, uma pessoa na posição dele jamais poderia usar isso para atacar uma família, pelo contrário, teria que ajudá-la, porque muitas pessoas sofrem dentro de casa, muitas famílias são destruídas, muitos pais sofrem com os filhos, e muitos divórcios ocorrem por esse problema. E ele usa isso para me atacar; isso não é bonito. Ninguém que usa drogas queria estar usando e nenhuma família gostaria de passar por esse problema no dia a dia. A deputada Lia Nogueira quer um aparte. Com o maior prazer, deputada.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e também pela TV Assembleia. Antes de mais nada, deputado Neno Razuk, eu quero dizer que eu estava doente na semana passada, afastada das funções, e não pude me manifestar sobre a primeira declaração feita pelo deputado Geraldo Resende, que é do meu partido, uma pessoa que tem história no PSDB e por quem eu tenho muita estima e respeito. Mas eu não poderia deixar de trazer para este Parlamento as declarações infelizes; utilizarei a expressão "declaração infeliz" para evitar algo mais forte. O deputado federal errou ao dizer que Dourados não sabe eleger seus representantes. Ele generalizou, como se o eleitor de Dourados tivesse "dedo podre" e não soubesse votar. Pois eu digo que não, porque o douradense é muito inteligente e sabe o que quer. No próximo ano, um ano eleitoral, estou certo de que Dourados reconsiderará sua última escolha e buscará alguém capaz, um profissional responsável para reconstruir a cidade. Juntos, reconstruiremos Dourados. O eleitor de Dourados não tem "dedo podre", pois, se tivesse, não teríamos a maior bancada de deputados sendo proveniente de Dourados, uma cidade próspera, com um agronegócio pujante e uma das maiores reservas indígenas do Brasil em número de habitantes e onde implantamos políticas públicas por intermédio do governo do estado, embora estejamos enfrentando um momento de administração municipal em declínio. Mas nós não podemos esquecer o papel crucial do governo estadual em auxiliar Dourados. E aí a gente tem que falar do PSDB, e o deputado tem que respeitar as escolhas que são feitas. Esta semana oficializaremos

nosso decano, o deputado Zé Teixeira, como presidente do PSDB em Dourados; e eu serei a primeira mulher a assumir a vice-presidência do PSDB. Portanto, o deputado tem que aprender a palavra "respeito". Solidarizo-me com Vossa Excelência, deputado Neno Razuk, porque a dependência química e o alcoolismo são problemas sérios de saúde; e precisamos buscar soluções, não atacar colegas. Considero, presidente, que o mínimo a fazer seria a Assembleia Legislativa elaborar uma nota de repúdio diante dessas declarações infelizes feitas pelo deputado federal Geraldo Resende. Embora ele tenha contribuído significativamente para Dourados, com seu DNA presente em hospitais e clínicas, ele não deve imaginar-se como Deus. Na verdade, há pessoas que pensam que são Deus; o deputado federal Geraldo Resende, infelizmente tem certeza que é. Obrigada.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Obrigado pelo aparte, deputada Lia Nogueira. Agradeço e incorporo na íntegra a sua fala, concordando totalmente sobre esta Casa encaminhar uma moção de repúdio pela fala agressiva e excessiva do deputado Geraldo Resende com relação a nós.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Com o maior prazer, deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Primeiramente, a afirmação dele na imprensa não é verdadeira. Eu não usei a tribuna; apenas fiz um aparte ao deputado Renato Câmara, e não proferi nenhuma palavra sobre o deputado Geraldo Resende. A minha intervenção está gravada nos anais desta Casa, onde consta que eu disse que o deputado Geraldo Resende frequentemente criticava o ex-presidente da República Jair Bolsonaro, dizendo que ele falava muita besteira, e que o deputado Geraldo Resende estava se igualando ao Bolsonaro nesse aspecto. Isso foi dito. Além disso, — não é o deputado Zé Teixeira quem está afirmando; está na imprensa — na Câmara Federal, ele falou que as pessoas, em especial as mulheres, que frequentam a universidade em Ponta Porã, estão lá para realizar dois serviços: ou se prostituir ou atuar como "mulas", transportando drogas para suas cidades. Não fui eu quem disse isso; isso está registrado nos anais da Câmara Federal. Aí eu disse a ele que achava errado o que ele falou de Dourados, pois lá as pessoas têm cérebro e têm os dedos sadios, sendo cinco em cada mão. Além disso, tem vários deputados eleitos pela cidade. Vale ressaltar que estou exercendo atualmente meu oitavo mandato, e nunca perdi, nunca fiquei como suplente. Uma vez que ele perdeu, ele não pode dizer à imprensa que, enquanto eu estava detido, ele ficou trabalhando para mim. Basta observar meus votos, certo? Quem sempre estendeu a mão para ele fui eu. No entanto, hoje ele tem sua própria vida, é um cara destemido, que tem um "puta" [sic] serviço prestado. Tudo o que Dourados tem, na saúde, na educação, na segurança pública, foi construído por ele. Agora nós somos duas pessoas que pertencem ao mesmo partido, mas ele toca a vida dele e caminha, porque eu nunca precisei dele e nunca o procurei para fazer parceria comigo. Quando fizemos parcerias em alguma cidade, foi ele que me convidou, como em Itaporã, em Caarapó e algumas em Dourados. No entanto, ele não fez parceria exclusivamente comigo, mas fez comigo e com outros candidatos. Inclusive, no ano passado ele foi candidato a deputado federal, e acredito que a deputada Lia Nogueira o ajudou.

Portanto, ele não precisa de ajuda, porque é uma pessoa suficientemente capaz. Ele é eleito por Dourados, assim como eu e os deputados Marcos Pollon, Rodolfo Nogueira, Lia Nogueira e Renato Câmara.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — A deputada Gleice Jane também.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — A deputada Gleice Jane também; boa lembrança. São oito deputados estaduais e federais; quer dizer, se a cidade não tivesse cérebro e tivesse "dedo podre", talvez não teríamos essa bancada tão grande de deputados federais e estaduais na nossa região de Dourados. Eu conversei com ele há pouco por mensagem, e ele disse que queria conversar comigo pessoalmente. Mas acho que não há necessidade. O que eu tinha que falar, já falei, e o que tinha que ser dito também já foi. Então, acredito que nossa conversa terminou. Ele segue sua vida política, e eu sigo a minha. Nunca disse que não o apoiaria em Dourados; nunca disse. Nunca afirmei que estou dentro de um projeto do PSDB e não meu para apoiar qualquer candidato do PSDB que a sociedade sinalizar em uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Nunca declarei nesta tribuna que não apoiaria ele para prefeito de Dourados. Entretanto, ele concorreu lá, perdeu, e depois foi eleito deputado federal e transferiu sua residência de Dourados para Campo Grande. Quando ele tomou essa iniciativa, certamente, demonstrou desinteresse por sua candidatura lá. Agora, se ele for candidato e for aprovado pelo povo, mesmo à distância, eu sou partidário e continuo o apoiando. Muito obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Eu agradeço, deputado Zé Teixeira, e incorporo sua fala. Felizmente, o deputado Geraldo Resende já deixou de ser um cidadão douradense, e até a população douradense, como eu já disse, o rejeita. Então, essa preocupação (de ele ser o candidato do PSDB) eu não tenho, porque eu sei que à frente dele está a deputada Lia Nogueira, está senhor e qualquer outro que for candidato pelo PSDB. Essa preocupação eu não tenho nem um pouco, e tenho muita certeza de que a população não tem "dedo podre", porque nós temos grandes representantes. Na história de Dourados, tivemos vários grandes representantes aqui na Assembleia e na Câmara Federal; e hoje Dourados está muito bem representada. Ele errou. Ficaria muito mais bonito para ele admitir o erro, e não voltar a atacar os parlamentares. A questão da droga é uma doença que tem que ser tratada com muito carinho e respeito. A gente tem que buscar solução para melhorar a vida dessas pessoas e tirá-las desse vício, desse problema, porque isso é uma praga, é uma coisa terrível que não pode ser usada como foi, deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Permite-me um aparte?

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Claro. Por favor.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Quero apenas me solidarizar com essa situação, e dizer que se alguém em Dourados tem "dedo podre", foi quem votou no senhor Geraldo Resende. Muito obrigado.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Obrigado pelo aparte, deputado Rafael Tavares. O deputado Geraldo Resende cuspiu no prato que comeu, e eu também

acho que o erro foi votar nele, porque ele não está à altura de ser um representante do município de Dourados, e deixou de ser douradense mudando sua residência para Campo Grande. Mas, como eu disse, essa foi a última vez que subi à tribuna para discutir com ele. Se ele quiser, estou pronto. Faço com ele o exame, a qualquer hora, em qualquer lugar, para provar que ele é um mentiroso. Nosso próximo encontro vai ser na Justiça, porque ele merece. Ele vai sofrer um processo por ter me difamado e me caluniado. Desta vez não vou ficar quieto; vou processar o deputado Geraldo Resende, porque ele é um mentiroso, mentiroso e mentiroso. Repeti três vezes para não falar outras coisas que eram a minha grande vontade de dizer aqui. Se eu encontrá-lo pessoalmente e ele tiver coragem de falar alguma coisa para mim, eu vou falar. Pode ter certeza, deputado, que o teu foro e o teu cargo não vão te proteger do que você merece! Seu sem vergonha! Senhor presidente, eu queria que fosse incluída na Ordem do Dia a moção contra a pessoa do deputado Geraldo Resende, pelas calúnias dirigidas aos parlamentares, à minha pessoa e a esta Casa. Agradeço. É só isso. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Valdemar Ângelo, vereador do município de Ivinhema. Ainda no Grande Expediente, com a palavra o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — (sem revisão do orador) — Senhor presidente e senhores deputados, na semana passada o deputado João Henrique subiu à tribuna e fez praticamente um desabafo. Embora eu discorde frequentemente das posições dele, respeito sua opinião e a forma como se expressou, afinal, é um parlamentar eleito pela população que defende suas convicções, respaldadas pela votação que obteve. No entanto, eu também gostaria de expressar minhas frustrações. Às vezes, sinto-me frustrado nesta Assembleia Legislativa, especialmente nesta legislatura, quando vejo posições políticas reacionárias e retrógradas sendo defendidas, enquanto projetos que poderiam fazer a diferença na vida da população não são aprovados, nem mesmo debatidos. Este ano, protocolei nesta Casa cerca de dez projetos de lei, dos quais pelo menos cinco ou seis foram arquivados na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Eu gostaria de discutir mais a fundo as posições da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, pois parece que um projeto só chega ao Plenário se contar com o aval do governo. Isso dá a impressão de que, sem a aprovação do governo, o projeto não avança ou sequer é debatido aqui no Plenário. Eu me recuso a permanecer na Assembleia Legislativa apresentando projetos que visam a apenas incluir datas no Calendário Oficial de Eventos do estado, como o Dia do Picolezeiro, o Dia da Batalha Naval do Riachuelo, ou o "Dia da Cebola Roxa". Eu me recuso a ficar na Assembleia Legislativa fazendo e votando projetos dessa natureza, como Semana de Conscientização da Gripe Aviária...

**DEPUTADO ZE TEIXEIRA** (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Deputado Zé Teixeira, fomos eleitos para debater projetos relevantes que possam verdadeiramente beneficiar nosso povo. Contudo, quando apresentamos propostas nesse sentido, elas são barradas na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Não chegam sequer ao Plenário para

discussão, impossibilitando expor nossas posições. Fico frustrado diante dessa situação, pois muitas vezes somos obrigados a engolir decisões da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. É triste ver projetos importantes, que considero fundamentais, serem rejeitados. Cito, a título de exemplo, um projeto de lei elaborado após a morte de um cidadão durante o Teste de Aptidão Física (TAF). Ao pesquisar, constatei que fatalidades semelhantes ocorrem em todo o Brasil durante esse tipo de teste. Entretanto, ao apresentar o projeto, este foi bloqueado na CCJR com a justificativa de que a regulamentação dos testes é responsabilidade do governo. Não é! É responsabilidade desta Casa legislar. Se não podemos regulamentar um teste de aptidão física para evitar mortes, qual é o nosso papel nesta Casa? Eu não concordo com o parecer contrário da CCJR! Esta Casa pode dizer para o governo do estado: você faz o teste de aptidão física, mas esse teste tem que garantir isonomia entre os candidatos, tem que garantir condições adequadas, para que ninguém venha a falecer correndo numa pista sob um sol de 48°C [sic]. Nós não podemos legislar sobre isso? Outros projetos meus também foram rejeitados, como o que proíbe a expansão da soja no Pantanal, e o que veta a pulverização aérea. Mas, mesmo sendo medidas adotadas em outros estados, aqui não pode! Por que não pode? Para não contrariar meia dúzia de fazendeiros que estão plantando soja no Pantanal? Precisamos discutir essas questões! Apresentei um projeto de lei sobre fake news, mas foi rejeitado sob a justificativa de ir contra a liberdade de expressão. Liberdade de expressão "porcaria nenhuma"! As pessoas não querem votar porque lá nas redes sociais a sua base eleitoral vai fazer "videozinho" atacando o deputado que votou contra a "liberdade de expressão". Não concordo! Devemos debater projetos de interesse da população, para proteger o Pantanal, para preservar o meio ambiente e para salvar vidas. Não podemos ficar apenas votando o Calendário Oficial do Estado, que por sinal já nem tem mais data para colocar alguma coisa. Eu me recuso a cumprir esse papel de fazer projetos "franciscanos". Então eu lamento que meus projetos tenham sido arquivados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com argumentos dos quais discordo; pois lá só passa projeto "franciscano". Aliás, amanhã é dia de São Francisco de Assis, meu patrono, que admiro demais, que pauta a minha atuação, inclusive na política, pelo amor aos pobres e compromisso com os excluídos; mas esses tipos de projetos não têm impacto algum na vida da população. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado, Vossa Excelência iniciou a fala dizendo que hoje é "dia do picolezeiro", não é?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Não. Eu disse alguém pode apresentar esse projeto, que certamente ele vai passar na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Então, não é o "dia do picolezeiro"?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Não. Se alguém apresentar ele passa, porque não tem polêmica. Ou o "dia da cebola roxa".

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Então, porque se fosse o "dia do picolezeiro", seria o dia do Geraldo Resende, porque ele começou vendendo picolé.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Seria uma homenagem a ele.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Eu queria falar para Vossa Excelência que eu ouvi sua fala com muita atenção, mas isso acontece aqui, acontece na Câmara Federal e acontece no Senado. E vai para o STF.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Aqui não pode legislar.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Agora há uma disputa, pois o STF afirma que o Marco Temporal, que é o artigo 231 da Constituição Federal, não é válido; mas o Senado o aprovou. Se, por acaso, o presidente Lula vetar... Eu acho que ele não deveria vetar. Por quê? Porque está na Constituição e, em minha opinião, nenhum presidente está impedido de ampliar as terras indígenas, até porque o índio não é proprietário; a terra é da União, e o índio a utiliza como usufrutuário. Quanto ao que Vossa Excelência mencionou sobre a soja no Pantanal, concordo plenamente em número, gênero e grau. No entanto, não podemos legislar e interferir nas propriedades da bacia do rio Paraguai. O Pantanal é nosso, pertence à humanidade, e na minha visão, não deveria permitir o cultivo de soja. No entanto, é necessário regulamentar e não deixar as propriedades na bacia do rio Paraguai se tornarem improdutivas. Quanto ao assunto dos aviões, concordo com Vossa Excelência, mas é importante ressaltar que isso não protege os fazendeiros, pois eles não são os proprietários das aeronaves. As empresas aéreas que realizam a pulverização é que são as verdadeiras donas dos aviões. Em épocas de muita chuva, quando os tratores não conseguem entrar nas lavouras, a pulverização contra o pulgão e outros insetos é crucial para evitar perdas nas colheitas. No entanto, é necessário estabelecer regras, como horários específicos para a pulverização, sem ventos, para evitar danos. Sobre o tema das fake news, compreendo que estávamos prestes a votar uma lei aqui, mas já existe uma em tramitação na Câmara Federal, ou seja, está sendo discutida lá, inclusive pelo STF. Quanto ao outro projeto que foi recentemente vetado, acredito que Vossa Excelência, com sua assessoria jurídica, pode, na minha visão, se basear no Regimento Interno para judicializar a constitucionalidade. A aprovação aqui e a sanção do governador são uma coisa, mas o trâmite do seu projeto, em minha opinião, deveria ter ocorrido normalmente. Concordo plenamente com Vossa Excelência.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Muito obrigado, deputado Zé Teixeira. Eu lamento, e vou citar um exemplo. O deputado Pedrossian Neto entrou em contato comigo sobre o projeto da pulverização aérea. Ele teve a gentileza de propor uma reunião comigo para discutirmos um substitutivo, uma emenda no projeto, tornando-o constitucional e viável. Trata-se de um projeto que pode contribuir para a defesa do meio ambiente, preservando nossos rios que estão sendo contaminados por agrotóxicos, e até protegendo comunidades indígenas que estão sendo envenenadas. Portanto, eu agradeço a disposição do deputado Pedrossian Neto, pois demonstra a boa vontade de salvar uma ideia valiosa e necessária. Mas simplesmente jogar o nosso projeto numa gaveta ou num arquivo, sem uma discussão mais ampla... Pelo amor de Deus! É motivo de grande lamento. Lamento muito também pela situação do projeto do Teste de Aptidão Física, que resultou em uma fatalidade. Precisamos tomar medidas aqui para evitar mais mortes. Se a Assembleia não pode legislar, o que viemos fazer aqui? Concedo o aparte, deputado.



**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Obrigado pelo aparte, deputado Pedro Kemp. Eu posso discordar das suas palavras, mas, até a morte defenderei o teu direito de dizê-las.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Voltaire.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Voltaire. Deputado Pedro Kemp, não concordo com muitas das ideias de Vossa Excelência, mas isso não significa que eu não gostaria de, em Plenário, ter a oportunidade de exercer o contraditório. Deputado Pedro Kemp, aquele que me antecedeu, o ilustre deputado Zé Teixeira, afirmou que na Câmara Federal o procedimento é o mesmo. Infelizmente, está errado. Em Brasília, as comissões apresentam e votam seus pareceres, havendo um instrumento eficaz chamado "recurso ao Plenário". Por meio desse recurso, um parecer que foi unânime na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania volta a tramitar no Plenário, com a coleta de um número mínimo de assinaturas. Aqui, cinco parlamentares escolhidos, por blocos... O maior trabalho do governo, no seu início de mandato, foi fazer o seu dever de casa promovendo a formação desses blocos para interferir na Assembleia e indicar os parlamentares que estão lá; mas eles não irão exercer o contraditório, não vão trazer a discussão ao Plenário, que é o que a população gostaria de ver. Deputado Pedro Kemp, os Estados Unidos foram formados pelas discussões dos grandes federalistas. Embora me falhe temporariamente o nome dessas figuras, existe um livro chamado "Federalista" que explica a importância de o estado estar ligado à Federação, preservando sua competência sobre todos os assuntos. Se não fizermos isso, ficaremos limitados a Brasília e nunca poderemos realizar nada, portanto eu gostaria de dizer aqui, deputado Pedro Kemp, que, ao observar interferências dentro da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em vez de me sentir privilegiado por estar lá, desejei diminuir o poder da CCJR e aumentar o do Plenário. Existe um projeto de resolução, de nossa autoria, com as assinaturas necessárias para que nós possamos coletar as assinaturas e trazer recurso ao Plenário; e já temos o número máximo de assinaturas. O projeto está sob a relatoria do deputado João César Mattogrosso, na comissão pertinente à mudança do nosso Regimento Interno, mas não tramita! Não podemos permitir que cinco deputados, muitas vezes sem formação jurídica, exerçam controle constitucional sobre o que é jurídico ou não. O presidente deputado Gerson Claro fala da assessoria; então se a assessoria for fazer isso, vamos acabar com o nosso mandato. Quem deve realizar esse exercício são os parlamentares. Se cinco decidem que o projeto de Vossa Excelência é inconstitucional ou tem algum vício de ilegalidade, oito parlamentares deveriam ter maior legitimidade para trazer a discussão ao Plenário. Nós temos esse projeto. Eu estive na CCJR, e vou falar para Vossa Excelência, porque está filmado. Existe uma figura, ainda não conhecida do público, que é o vigésimo quinto deputado. Ele mora lá na Casa Civil. Aí, quando um projeto de Vossa Excelência aparece lá, o telefone toca insistentemente da Casa Civil, pedindo para acompanharmos o governo. Eu nunca atendi a esse telefone, deputado Pedro Kemp. E sabe o que aconteceu? Disseram-me: "Ou você se enquadra ao governo, ou vai sair da CCJR". Então saí com muito prazer; e voltei maior e mais forte, para trazer esses debates para o Plenário. Pediram para eu me alinhar ao governo ou sair da CCJR. Então saí com muito prazer, e retornei maior e mais forte para trazer esses debates para o Plenário. Agradeço pelo aparte concedido, deputado Pedro Kemp.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado, deputado. Pela primeira vez concordo com Vossa Excelência. O debate democrático tem essa importância: conferir as posições das pessoas de que às vezes discordamos. Eu sei que aqui a vontade do governo tem um peso muito grande, e que quando os nossos projetos tramitam alguém consulta o governo: "Vai passar ou não?! É assim. Mas lá na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá, legislam sobre o Pantanal e protegem um terço do Pantanal; mas a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul não pode legislar sobre o Pantanal, que tem dois terços aqui no território. Então eu tenho que dizer que nós aqui somos omissos, que nós nos recusamos a levantar questões extremamente importantes como essa do meio ambiente e outras questões importantes que fazem diferença na vida do nosso povo. Assim, precisamos honrar o mandato que recebemos da população, legislando em prol do povo, da comunidade e do meio ambiente. Caso contrário, permaneceremos sendo omissos. Um aparte ao deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Deputado Pedro Kemp, eu prestei atenção nas palavras de Vossa Excelência e acredito que nós, aqui na Assembleia Legislativa, não devemos concordar com a ideia de discutir temas menores. Temos a responsabilidade de exercer o mandato conferido pela população, com o poder necessário para abordar questões importantes para a sociedade sul-mato-grossense. Mas acredito que a Assembleia Legislativa está desempenhando um grande papel, e eu tem acompanhado de perto, nesta legislatura. Digo isso, inclusive homenageando o trabalho da nossa presidente da CCJR, a deputada Mara Caseiro, que tem contribuído significativamente para os debates. Às vezes a CCJR, exercendo um controle de legalidade, constitucionalidade e juridicidade, técnica legislativa e redacional se choca com algum interesse, no calor do momento; e é um papel difícil para os seus membros. Estar na CCJR não é um bônus; certamente há um ônus considerável ao enfrentar esses desafios. Quero destacar que não existe um resultado predefinido, e é essencial exercer a capacidade de equilibrar a constitucionalidade com a moderação. A CCJR é um lugar onde não cabem posicionamentos radicais e extremistas; é lugar de gente equilibrada que quer um processo legislativo racional. Quando me dirigi a Vossa Excelência sobre a modificação do seu projeto relacionado à pulverização aérea de defensivos agrícolas em Mato Grosso do Sul, reconheci sua preocupação com o meio ambiente, então sugiro uma modificação no projeto estabelecendo uma lista de produtos cuja pulverização aérea seria proibida, sem adotar uma abordagem radical de proibir toda e qualquer pulverização, pois isso seria prejudicial para a produção agrícola e o agronegócio, incluindo a silvicultura. Portanto, acredito que no caminho intermediário, exercendo a moderação no diálogo; isso nos permitirá encontrar as melhores soluções para o estado de Mato Grosso do Sul. Estou aqui como um aliado para encontrar soluções que atendam às preocupações de Vossa Excelência, sem prejudicar as principais forças de desenvolvimento do nosso estado, especialmente o agronegócio. Muito obrigado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas não vejo como radicalismo. Citando novamente o caso do projeto da pulverização aérea, outros estados e municípios o aprovaram em suas câmaras de vereadores. Agora, Vossa Excelência fez uma ponderação, indicando que em algumas situações a pulverização aérea é necessária, como é o caso do eucalipto, sendo possível realizar esse processo com drones, enquanto em outras lavouras pode ser feito



de forma manual. Em resumo, é possível estudar uma forma mais eficaz de regulamentar essa situação. Assim, penso que esse deve ser o debate que a CCJR deve realizar com os autores dos projetos. Eu apresentei aqui um projeto de política de atendimento a migrantes e refugiados em Mato Grosso do Sul. Esse projeto foi analisado pelo Conselho de Apoio aos Migrantes Refugiados e Apátridas de Mato Grosso do Sul, pela Pastoral do Migrante, e também foi revisado por juristas. Ele está fundamentado em legislação federal, mas, infelizmente, não foi aprovado aqui por ser considerado inconstitucional. Também apresentei o projeto da soja no Pantanal, que também foi considerado inconstitucional. Além disso, eu apresentei o projeto dos TAFs, e disseram que a prerrogativa é do governo estadual. Pelo amor de Deus! Eu já mencionei antes e vou repetir: eu me recuso a discutir projetos de "perfumaria" nesta Casa!

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Com certeza.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Quero expressar o meu respeito pelo seu ponto de vista, pois acredito que aqui na Assembleia temos uma diversidade de pensamentos e ideias. Realmente, trazemos as demandas que nos são apresentadas. Como bem mencionou o deputado Pedrossian Neto, os cinco membros da comissão têm procurado sempre o diálogo, procurando garantir a constitucionalidade e conversando com o autor para trazer essa questão à tona e, quando necessário, ajustar alguns artigos a fim de tornar o projeto constitucional. Vale destacar que esta Casa é democrática e promove o diálogo. Mantemos um canal de comunicação com o governo estadual para evitar surpresas, como a aprovação do projeto aqui seguida por um veto do governador. Isso é importante para evitar expectativas frustradas. Na comissão, estamos abertos ao diálogo e, se cometemos alguma injustiça, temos a humildade de reconhecê-la. Também temos zelo e cuidado ao analisar e votar, priorizando o que é constitucional. Embora eu não seja advogada, contamos com um corpo jurídico que trabalha constantemente, avaliando a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica de redação. Esta Casa é plural, composta por professores, advogados, dentistas, jornalistas, enfim, uma pluralidade, porque a nossa sociedade é plural. Por isso, quero esclarecer que o nosso trabalho na comissão é pautado principalmente pela impessoalidade, sempre mantendo a constitucionalidade em primeiro plano. Obrigada, deputado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas eu tenho que afirmar que o governo tem um peso...

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — ... significativo na tramitação dos projetos. Quando um projeto não interessa ao governo, sabemos que o projeto não caminha, e sua aprovação torna-se difícil; é complicado aprovar um projeto quando o governo se posiciona contrário. Esta é uma Casa política, e nem tudo se decide pela juridicidade e constitucionalidade. E eu entendo o jogo, mas a mim cabe aquilo que no direito se chama de "jus sperniandi", ou seja, o direito de expressar minha insatisfação



e reclamação; mas é frustrante, deputada. A gente fica se questionando até que ponto estamos cumprindo com o nosso dever de legislar em prol da população. Concedo o aparte.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Deputado Pedro Kemp eu quero parabenizar Vossa Excelência por essa fala. Existe razão na sua fala, porque eu tive a oportunidade de presidir por três vezes a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a gente tinha tranquilidade para analisar e, principalmente, tentar trazer para o Plenário os assuntos para que os parlamentares pudessem aqui fazer a defesa dos seus projetos. A gente se debruça em projetos com as nossas assessorias e discute, para que tenhamos tranquilidade ao apresentar bons projetos para esta Casa e para Mato Grosso do Sul; essa é nossa função como parlamentar. Enquanto presidente da Unale, estive por duas vezes no Congresso, no STF, estive no TSE, trabalhando em prol dos parlamentares estaduais, porque a gente está sempre naquela linha tênue do que é direito do parlamentar estadual, adentrando ao federal, ou entrando na esfera do vereador. Esses sempre foram os nossos questionamentos: onde estamos? O que podemos fazer? Aonde podemos avançar? Eu tive a oportunidade várias vezes, como presidente da CCJR, de questionar alguns colegas, dizendo: pessoal, não estamos encontrando mais cor aqui para apresentar, dia da cor "disso" ou cor "daquilo"; não tinha mais! Já estávamos começando a fazer mistura de cores, porque não tínhamos mais critérios.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Foi o arco-íris todo!

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Exatamente! E isso tramita com muita tranquilidade, avança a passos largos no dia a dia. Mas quando você apresenta projetos consistentes, a CCJR barra. Obviamente, há a influência do governo, a determinação do governo. Por exemplo: eu discuti e apresentei um projeto que debatemos em nível nacional; realizamos cinco encontros nacionais pela Unale, em cinco estados da federação, discutindo com todos os segmentos e analisando problemáticas para trazer aqui. E, como presidente da Unale, fui solicitado a levar o resultado de tudo isso à Câmara Federal, pois ela desejava apresentar esse projeto e abrir a discussão; e as outras assembleias já estavam apresentando. Então apresentei o projeto aqui em Mato Grosso do Sul, mas ele foi vetado com o seguinte argumento: "não temos competência para legislar em saúde". Pelo amor de Deus! Nós, enquanto legisladores, temos competência para legislar sobre aquilo que diz respeito à saúde do estado. Realizei uma audiência pública nesta Casa, trazendo todos os segmentos para cá. E é importante considerar a complacência do deputado Junior Mochi em rever verdadeiramente esse projeto — que já tinha sido arquivado na CCJR —, que trouxe esses segmentos aqui para discussão, evidenciando o interesse para a sociedade sul-mato-grossense e brasileira, já que foi discutido em todo o Brasil, e as Assembleias já estão apresentando. Portanto, essas questões realmente precisam ser avaliadas. A CCJR precisa avaliar com muita tranquilidade, trazer os assuntos para o Plenário e ouvir os parlamentares, para que eles tenham a oportunidade de votar ou não, evitando, como dizem, a "perfumaria", da qual estamos cansados. Eu também me recuso a ficar votando cor disso, cor daquilo, em projetos que não têm consistência. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, deputado, o seu tempo não cabe mais aparte neste momento. Vossa Excelência poderá ter mais tempo se alguém disponibilizar. O tempo de Vossa Excelência está encerrando.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Quem é o próximo inscrito?

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Zeca do PT. Ele terá dez minutos. Está concedido o tempo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Quero ouvir o deputado João César Mattogrosso. Quero ouvir o que Vossa Excelência tem para falar. Quero só ver!

**DEPUTADO JOÃO CESAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Nobre colega, primeiramente eu gostaria de ressaltar que o papel desempenhado pela CCJR é muitas vezes ingrato. Eu vivi essa experiência na Câmara Municipal, quando integrava a CCJR, e tive embates com vários colegas por conta disso, porque muitas vezes tínhamos o desejo de votar o mérito do projeto; mas, na CCJR o nosso papel é analisar a juridicidade e a técnica legislativa. São esses critérios que devemos considerar. Não podemos legislar sobre todos os temas, pois temos a nossa competência; e ela esbarra em alguns pontos. Na questão da saúde até podemos atuar, desde que não criemos despesas para o Poder Executivo e, principalmente sem apresentar o encargo que isso vai trazer aos cofres públicos. Com certeza Vossa Excelência também se equivocou ao afirmar que não votamos, por exemplo, o projeto das fake news. Este projeto foi submetido ao Plenário, quanto à constitucionalidade, e eu inclusive apanhei. O seu projeto era constitucional na forma como foi apresentado, entretanto, no mérito, sou completamente contrário. Quando ele vier ao Plenário, certamente votarei contrário. O senhor se equivoca, também, quando fala que não gosta de apresentar projetos de cores e diz que fica perdendo tempo com isso. Realmente acabaram-se todas as cores do arco-íris, mas Vossa Excelência apresentou o Maio Furta-Cor, Projeto nº 131/2023, a respeito do qual o parabênizo. Entretanto, o papel do legislador não finaliza quando não consegue apresentar um projeto, pois cabe o nosso diálogo. Vossa Excelência tem um excelente diálogo com o Poder Executivo, algo que pode ajudar a fazer essa construção junto com o Executivo, sem ser através de projeto de lei que a gente não tenha competência para legislar. Vou dar um exemplo: no início do ano apresentei uma indicação para estudo de viabilidade do governo para que fosse implementado o retorno dos restaurantes populares, como bem disse o deputado Zeca do PT. E o governo está estudando. Se eu apresentasse diretamente um projeto de lei, seria inconstitucional. Agindo assim, a gente pode construir essas melhorias para o nosso estado através desse bom diálogo que temos com o Poder Executivo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Deputado João César Mattogrosso, Vossa Excelência foi infeliz em seu aparte, pois em momento algum afirmei aqui que apresentamos projetos que acarretam despesas para o governo. Não mencionei isso. Estou no meu sétimo mandato como deputado, e tenho uma noção clara do que é um projeto inconstitucional ou constitucional. Jamais apresentaria uma proposta que resultasse em aumento de despesas para o Executivo. Eu não apresento, por exemplo, projeto para conceder aumento salarial ao servidor, pois sei que isso não está dentro da minha competência. Da mesma forma, não apresento projetos para conceder

bonificações aos servidores, pois tudo que envolve a administração e a vida funcional dos servidores é competência exclusiva do Executivo. Existem também projetos de iniciativa do Executivo, como a questão dos restaurantes populares que Vossa Excelência mencionou. Então eu não posso apresentar esse tipo de projeto aqui, pois implicaria em despesa para o governo. Após sete mandatos, tenho uma noção clara do que posso apresentar e do que não posso. Agora, Vossa Excelência mencionou as cores. Eu já fiz um pronunciamento aqui uma vez, dizendo que está faltando cor para as coisas que queremos aprovar, e realmente apresentei esse projeto que Vossa Excelência citou. O que eu quis dizer é que me recuso a ficar votando apenas isso: dia "disso, cor de "não sei o quê". Isso é importante? Estamos aqui com esse laço agora, porque estamos no Outubro Rosa; e isso tem um propósito, é importante, pois é um trabalho de conscientização. No entanto, há meses com cores que nem sabemos o significado. Por que isso? O que estou falando é que aprovamos facilmente esse tipo de projeto, mas não conseguimos aprovar o projeto de defesa do Pantanal.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —** Permite-me um aparte?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —** Lá em Mato Grosso é constitucional; aqui não é. Lá no outro estado, a Comissão de Constituição e Justiça também tem uma assessoria muito competente, e aprova; mas aqui não aprova! Tem, sim, a força do governo sobre o que deve e o que não deve passar. O direito não é uma ciência exata, e também atende a interesses. Muitas vezes um parecer jurídico pode ser contestado por outro parecer jurídico.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —** Permite-me um aparte?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —** Permito. Mas a frustração é grande.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) —** Deputado Pedro Kemp, primeiro o senhor traz à tribuna um tema recorrente. Desde que estou aqui na Casa, eu também já presidi a Comissão de Constituição, Justiça e Redação em duas oportunidades, e hoje sou membro (vice-presidente), e digo que a grande questão é: a competência. O que é competência exclusiva? O que é competência concorrente? O que é competência privativa dos Poderes Legislativos estaduais? Até onde nós podemos ir? Esse é um debate que a Constituição define dos artigos 22 ao 24, abordando questões relacionadas à competência. E isso não tem uma definição clara, por isso, do ponto de vista jurídico, acaba havendo muita discussão com relação a essas competências, como o senhor próprio citou, entre um estado e outro. Se o assunto for levado aos tribunais, inevitavelmente surgirão opiniões divergentes, tanto dentro de um tribunal quanto entre diferentes tribunais de instâncias variadas. As discussões se desdobram, indo do primeiro ao terceiro grau, resultando em decisões contraditórias em casos de ações diretas de inconstitucionalidade. Infelizmente ou felizmente, essa é a natureza do direito, refletindo a pluralidade de perspectivas. Atualmente, enfrentamos o desafio de lidar com decisões opostas entre os votantes, o que é inerente ao processo. Contudo, uma competência clara e capaz de encerrar tal debate encontra-se em nossa capacidade de alterar, se a maioria assim entender, o nosso Regimento Interno. Essa condição de a Comissão de Constituição, Justiça e Redação definir por unanimidade se "morre" a discussão e arquiva-se definitivamente o projeto é uma condição regimental.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Tem que dar o direito de trazer para o Plenário.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Certamente. Essa é uma discussão que o senhor está apresentando hoje, mas o Regimento permite fazer essa alteração, desde que haja aprovação da maioria. Estamos debatendo algo que já foi aprovado no Regimento. Se aquilo que aprovamos anteriormente no Regimento não se aplica mais ou não atende às nossas necessidades atuais, podemos simplesmente alterar o Regimento. Proponha uma alteração, discutamos isso, e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não terá mais a legitimidade ou competência para encerrar um processo quando a discussão é técnica, apenas baseada em sua interpretação. Assim, evitamos influências externas, pois, alterar o nosso Regimento é uma prerrogativa exclusiva do Poder Legislativo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Entendi. Se não houver uma revisão nesse sentido, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação se torna excessivamente forte e soberana, sem que haja uma instância de recurso. Cinco colegas tomam uma decisão e a quem podemos recorrer? Ao Papa? É necessário reconsiderar essa situação, pois a Comissão de Constituição, Justiça e Redação pode se tornar excessivamente poderosa. Vou conceder um aparte mais uma vez a Vossa Excelência.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — O senhor ganhou um tempo novo, então conceda um novo aparte, deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Convido Vossa Excelência a assinar comigo - salvo engano, Vossa Excelência já assinou - para que possa tramitar essa ideia das condições de regimentalidade, e para que possamos solicitar a urgência a tramitação dessa proposta. Também convido o colega deputado Lidio Lopes, o deputado Junior Mochi e quem quiser que essa ideia seja trazida, para que nós possamos fazer essa alteração regimental. Vossa Excelência abordou um tema, deputado Pedro Kemp, que sempre me causou incômodo dentro da CCJR: a ideia de que o Legislativo não pode criar despesas em seus projetos para o Executivo demonstra uma compreensão superficial e básica, carente de profundidade no conhecimento jurídico. Essa perspectiva é defendida pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive em outro projeto no qual convido Vossa Excelência a assinar comigo, que versa sobre a criação de vantagens para o servidor público. Vamos trabalhar nisso juntos, pois faço questão de assinar e colocar para a CCJR que a ADI nº 1585, do STF, foi aprovada com a seguinte ementa: "Ademais, a falta de previsão orçamentária, embora possa tornar inviável a execução da despesa no exercício financeiro respectivo, não induz à inconstitucionalidade das vantagens concedidas aos servidores". É importante ressaltar que não estou me referindo a despesas genéricas do projeto, mas sim de vantagens; é legal e constitucional; palavras do Supremo Tribunal Federal. Então convido Vossa Excelência a colaborar nesse processo, começando pela equiparação salarial dos professores convocados, uma proposta que o governo está oferecendo apenas 10%, sendo que durante a eleição foi prometida a equiparação. Convido Vossa Excelência a

assinar esse projeto comigo, e vou redigi-lo em trinta minutos no meu gabinete, para que possamos assinar juntos ainda hoje, se der tempo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Tem minha assinatura, deputado. Eu gostaria de concluir, Senhor Presidente, mencionando o ocorrido na última sessão, na quinta-feira passada. Eu estava em trânsito a caminho de Bela Vista, com um compromisso agendado, e participei da sessão on-line, votando em todos os projetos da pauta. Quando votamos o último projeto, eu pensei que a Ordem do Dia havia sido encerrada, então saí da sessão on-line devido a problemas de sinal na estrada, o que exigiu que eu continuasse a viagem. No entanto, ao chegar em Bela Vista, abri meu celular e constatei que esta Casa votou contra uma moção de congratulação apresentada pelo deputado Zeca do PT ao MST, por distribuir quinze mil marmitas aos desabrigados das enchentes no Rio Grande do Sul. Isso me causou um sentimento de indignação considerável, pois questiono como esta Casa pode ser contra um ato humanitário. Podem ter opiniões diversas sobre o MST, podem gostar ou não, podem considerá-lo comunista, enfim, mas a intenção do deputado Zeca do PT era enaltecer um gesto completamente humanitário e solidário pela distribuição de alimentos para os desabrigados. Eu reconheço que há um pensamento majoritário aqui em defesa do agronegócio, que muitas vezes não simpatiza com o MST devido a sua posição a favor da reforma agrária e contra o latifúndio improdutivo. No entanto, questiono: quantas marmitas o agronegócio distribuiu no Rio Grande do Sul para os desabrigados nas enchentes? Nenhuma. Isso porque, em muitos casos, não generalizando, a maioria do agronegócio é egoísta, só pensa nos seus bois, só pensa na quantidade de soja que vai exportar para a China, mas não olham para as necessidades dos pequenos agricultores que enfrentam dificuldades para vender seus produtos nas feiras ou nos mercados das cidades. Eu fico preocupado com esse pensamento predominante na Assembleia, pois vivemos em um mundo que clama por solidariedade, humanidade e respeito ao próximo. Quando somos contra parabenizar um movimento social que atende aos necessitados, isso é motivo de preocupação. Da mesma forma, fico preocupado com o deputado que veio parabenizar apenas os conselheiros tutelares de direita, como se houvesse conselheiros tutelares de esquerda e de direita. O papel do conselheiro tutelar é cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, independentemente de sua orientação política. Esse pensamento vai contra os princípios que defendemos na democracia e do estado democrático de direito. Espero que os conselheiros tutelares eleitos, sejam de esquerda, de direita ou do centro, cumpram o Estatuto da Criança e do Adolescente e defendam os direitos das crianças e dos adolescentes, independentemente das suas posições ideológicas. E espero que a Assembleia reveja suas posições e possa aplaudir ações humanitárias como a que o MST tem feito, demonstrando solidariedade. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrarmos e agradecemos a presença do senhor Alziro Marques Ferreira, vereador do município de Bodoquena. Está encerrado o Grande Expediente. Passamos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor primeiro-secretário se há quórum para a deliberação.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Senhor presidente, há quórum para deliberação.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ordem do Dia. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 155/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre a obrigatoriedade de informações quanto à cobrança da taxa de serviço no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Em votação. Todos podem votar no painel.

Projeto de Lei nº 155/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LÍDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Sim.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis, mais um voto favorável no plenário virtual, totalizando vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Pedido de vista ao deputado João Henrique. Item 3. em discussão única. Projeto de Resolução nº 033/2023. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 033/2023, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB)** — Sim.



**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o item 3, que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Marcus Vinícius Godoy Garcia Junior. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 034/2023. Autor: Deputado Roberto Hashioka. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Resolução nº 034/2023, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT)** — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Sim.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Sim.



**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede a comenda à Flávia Pimenta Fedato. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 035/2023. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 035/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**



**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Não.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e um contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Carlos Eduardo Xavier Marun. Vai ao Expediente. Item 6. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 165/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Altera o parágrafo 1º do artigo 135 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do estado e dá outras providências". A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. O deputado Antonio Vaz está presente? Não está. Retirado de pauta pela ausência do autor. Item 7. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 225/2023. Autor: Poder Judiciário. "Altera a Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer



favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 225/2023, de autoria do Poder Judiciário.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT)** — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Sim.



**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 8.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Neno Razuk.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Eu gostaria de solicitar ao presidente que fosse incluída na Ordem do Dia a moção de repúdio pela fala ofensiva feita pelo deputado federal Geraldo Resende contra os deputados Neno Razuk, Zé Teixeira e Renato Câmara. Vou protocolar na Mesa agora, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Foi protocolada na Mesa. Vou consultar a Mesa para incluir e votar no bloco normal. Item 8. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, vinte indicações, seis moções de congratulação e uma moção de repúdio. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 9. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento da senhora Lúcia da Silva Araújo. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Bárbara Vasques Brandão. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Antes, porém, gostaríamos de cumprimentar e agradecer a presença da senhora Rosaria Luca Andrade, vice-prefeita de Mundo Novo; e de Cande Filho, vereador do município de Mundo Novo.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Senhor presidente, só para comunicar que amanhã estarei on-line durante a sessão, tendo em vista que estarei em Fortaleza, para o lançamento da 26ª Conferência da Unale, que será realizada no estado do Ceará.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor vai hoje, deputado?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Eu vou hoje.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Hoje tem Corinthians x Fortaleza lá.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Então, mas eu não vou conseguir chegar a tempo, presidente. Infelizmente, meu voo chega só à 1h40min da madrugada. Se eu chegasse a tempo, iria ver o Corinthians se classificar.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vai se classificar lá em Fortaleza. A fé é importante, deputado.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — É verdade. Então, estarei on-line na sessão de amanhã. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, quero agradecer aos deputados que, na sessão de quinta-feira, quando eu não estava, por motivo médico, votaram contra o espírito humanitário, solidário e sensível do MST, que distribuiu quinze mil marmitas às famílias vítimas do que aconteceu nas enchentes do Rio Grande do Sul. Agradeço àqueles que não entenderam o espírito da minha indicação. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai declarar encerrada a Sessão. Está encerrada. Muito obrigado a todos (11h17min).